



## **CARTA EM DEFESA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ**

Com a proximidade de um novo processo eleitoral no Brasil, em que além da Presidência da República, serão definidos(as) os(as) governadores(as), deputados(as) estaduais e federais, além de senadores(as), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (SindijorPR) se vale deste instrumento público para chamar a atenção para questões ligadas ao campo do Jornalismo, de interesse dos e das paranaenses e que não devem passar ao largo do debate político, especialmente no que se refere à comunicação pública.

Dessa forma, listamos abaixo alguns tópicos que sugerimos como ponto de debate para que os candidatos e candidatas possam contemplar e/ou minimamente refletir em suas propostas de ação em prol dos cidadãos e das cidadãs do Paraná:

É preciso enfrentar com urgência o processo de desmonte da Rádio e TV Educativa do Paraná. Recentemente, a rádio se tornou mais 'oficialasca' e com teor similar aos veículos comerciais, inclusive, retirando do ar programas culturais de audiência cativa, o que deixou muitos ouvintes surpresos, enquanto a TV foi convertida em um "canal especializado em turismo" (TV Paraná Turismo).

Não se pode deixar de mencionar aqui o fim da parceria com a Fundação Padre Anchieta, que transmitia conteúdos veiculados pela TV Cultura, com a TV Educativa do Paraná e que, desde então, passou a retransmitir somente conteúdo da TV Brasil, vinculada ao governo federal.

É necessário ressaltar, ainda, que a cada troca de governo, um novo grupo atua para "colonizar" a TV Educativa do Estado, alterando a nomenclatura da



emissora. A cada gestão, portanto, existe uma despesa para a criação de material de identidade visual vinculada ao novo nome (como canoplas, adesivos para veículos, vinhetas, etc...), o que causa, inclusive, todo um problema com relação às orientações práticas para os trabalhadores, sobretudo nos períodos eleitorais.

Mas, algo mais grave é que, com essa política tão ‘fragmentada’, não há uma continuidade, produção de memória, engajamento e identificação da população do Paraná com estes dois importantes veículos que são patrimônio do Estado e que deveriam estar a serviço da população.

Outro entrave se dá com relação à contratação de pessoal técnico para a área de comunicação e Jornalismo para prestar serviços de rádio e TV no Estado: é histórica e contumaz dos governos a prática de evitar a realização de concurso público para contratação de profissionais, optando-se, na maior parte das gestões, pela contratação de jornalistas via cachê ou como ocupantes de cargos comissionados. O último concurso público nessa área aconteceu em 2003/2004 e foi somente para a área técnica da RTVE.

Em decorrência das recorrentes cobranças do Tribunal de Contas no sentido de regularizar a contratação de jornalistas optou-se pela criação do Serviço Social Autônomo denominado EPR-Comunicação, com o objetivo de realizar a gestão de profissionais que prestam serviços para a RTVE/PR. Neste sentido, foi realizado um teste seletivo em 2017.

Entretanto, este Serviço Social Autônomo, a EPR, que atualmente faz a ‘gestão dos trabalhadores’ na Comunicação não reconhece, por exemplo, os direitos estabelecidos na CCT dos jornalistas – o que fere a Convenção N<sup>o</sup>. 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Em outras palavras, existe um esforço contínuo no sentido de não só minar a estrutura da RTVE/PR, como também vem ocorrendo um apagamento do potencial destes dois importantes veículos no imaginário coletivo; e, é importante enfatizar, aquilo que não é lembrado, que não produz memória adquire a aparência, portanto, de algo desimportante e desnecessário.

No entanto, reiteramos que, segundo o Capítulo V (Da Comunicação Social) da Constituição Federal, Artigo 221º, os princípios elementares e fundantes de toda atividade de Comunicação no país devem ser: preferencialmente com finalidade educativa, artística, cultural e informativa; que busque promover a cultura nacional e regional, fortalecendo a produção independente nestas áreas e inclusive favorecendo a regionalização da produção cultural.

Vários destes princípios poderiam ser contemplados por meio do fortalecimento da TV Educativa do Paraná. No entanto, isso passaria inclusive por fortalecer a maneira como hoje se dá a gestão da RTVE-PR, tornando os processos mais transparentes, democráticos e que, de fato, passassem a priorizar o interesse público.

Lembremos que a comunicação e preocupação com a veiculação de informações de interesse público potencializam aspectos de cidadania, uma vez que a comunicação se trata de um direito fundamental que assegura o acesso a outros direitos.

É uma necessidade da população, inclusive democrática, contar com veículos de comunicação que operem de forma independente de governos e do mercado; que tenham pluralidade na programação e que estejam em sintonia com os anseios da sociedade.



Há ainda uma preocupação com relação à maneira como o Estado, de certa forma, alimenta um certo ‘coronelismo na Comunicação’ no Paraná. Somente em 2021, para ilustrar, o Governo do Estado distribuiu mais de R\$ 128 milhões para empresas de Comunicação, a título de propaganda e publicidade legal.

Algumas considerações precisam ser feitas a esse respeito: **A.** Uma parte significativa dessa verba beneficia grandes grupos de Comunicação; **B.** Não existe clareza e transparência com relação aos critérios na escolha das empresas que recebem estes recursos; **C.** A distribuição destes recursos deveria contar com algum mecanismo eficiente que também beneficiasse empresas de menor porte, com atuação mais regionalizada e também, de caráter independente – mas, desde que se tratem de empresas comprometidas com a veiculação de informações com ética e responsabilidade e que mantenham a contratação de pelo menos um jornalista profissional; **D.** As emissoras comunitárias e educativas, por exemplo, nem sempre são contempladas nessa distribuição de recursos pelo Estado; **E.** As empresas que atualmente recebem verbas do Estado têm veiculado informações com ‘um viés quase único’ e alinhado à política de Estado, quase sem verificação e/ou algum tipo de contestação, prejudicando inclusive a pluralidade e precisão das informações divulgadas à população paranaense.

Por fim, em se tratando da necessidade de valorização da atividade jornalística, tão enfatizada em tempos de combate à desinformação, o Estado se organiza com base em secretarias e outras organizações que produzem um grande volume de informações de interesse público, mas se exime da realização de concurso para a contratação de jornalistas efetivos.

Logo, a atividade de comunicação no Governo, que deveria atender ao interesse público, se converte em uma alternativa para acomodar pessoas por



indicação política (cargos em comissão) e nem sempre essas contratações respeitam direitos básicos dos jornalistas.

O Estado pode e deve promover campanhas de valorização e respeito à atividade jornalística. Já tivemos inúmeros casos, por exemplo, de violência policial contra jornalistas e mesmo mediante cobranças junto ao Estado, não se verifica o menor interesse em assumir um compromisso no sentido de valorizar a atividade e conscientizar agentes e servidores públicos sobre a importância da mesma.

Os programas de incentivo do Estado, voltados à produção artística e cultural, poderiam e deveriam também valorizar de alguma maneira a atividade jornalística, ética e profissional, buscando de alguma maneira contemplar (talvez por critério) trabalhadores e trabalhadoras que não contam com remuneração fixa, a fim de fortalecer o exercício da atividade profissional no Estado.

Assim, destacando a importância dos aspectos listados aqui, mas plenamente conscientes de que estas provocações não encerram o debate em torno das mesmas, conclamamos os e as postulantes aos postos no Executivo e Legislativo para que busquem refletir sobre estas questões e, se possível, venham a firmar compromisso público em torno da efetivação de políticas e ações de valorização da comunicação pública, do estabelecimento de um marco regulatório da RTVE/PR que garanta maior representatividade da sociedade nos conteúdos transmitidos pela emissora pública do Paraná, da atividade jornalística profissional e em torno da necessária promoção da diversidade cultural em prol da democracia e no melhor interesse dos e das paranaenses.

*Curitiba, 11 de Agosto de 2022.*